ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Poder Legislativo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO REFERENTE AO 3° QUADRIMESTRE DE 2024.

Ao décimo nono dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa, a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Contabilidade, o Assessor Especial do Controle Interno, a vereadora Patrícia Silva, o vereador Alan Rodrigues e o Presidente do Sindspef. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório n° 005/2025, franqueando a palavra para a secretária para iniciar a explanação, esclarecendo que a audiência trata somente da prestação de contas do poder executivo, cabendo a esta Casa analisar somente a legalidade. Com a palavra, a Secretária Municipal de Controle Interno mencionou que será demonstrado os números alcançados pelo governo até o 3° quadrimestre de 2024, passando a palavra ao Subsecretário para a leitura do relatório. Com a palavra, o Subsecretário Municipal de Contabilidade mencionou que o relatório tem como fundamento o artigo 9°, §4° da Lei de Responsabilidade Fiscal, com os dados da avaliação do cumprimento das metas fiscais tem como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal- RGF. O relatório consiste nas avaliações das receitas, das despesas, resultado primário, resultado nominal e limite de gestão fiscal. No quadro de receitas, o total da receita corrente prevista foi de R$ 1.932.128.276,10, sendo a arrecadação de R$ 2.524.522.689,20, contemplando um percentual de 130,66%. Em receitas de capital, o total arrecadado foi de R$ 4.276.846,50. Demonstrando o total geral de receitas com previsão atualizada de R$ 2.156.989.785,10, sendo arrecadado R$ 2.728.987.949,92, contemplando o percentual de 126,52% até o final do 3° quadrimestre de 2024. Nas receitas tributárias, os destaques das arrecadações dos impostos foram de 86,81% de IPTU, 217,00% de IRRF,

151,06% de ITBI, 117,56% de ISS-QN, sendo o total arrecadado de R$ 428.044.015,24. A previsão da taxa pelo exercício de poder de polícia foi de R$ 22.748.631,00, sendo arrecadado de R$ 22.278.642,40. Já a previsão da taxa pela prestação de serviços foi R$ 66.910.988,00, sendo arrecadado R$ 75.392.976,79. No comparativo das despesas fixadas e atualizadas, em despesas correntes, o total geral previsto foi de R$ 2.656.968.716,25, sendo liquidada R$ 2.485.251.777,26, contemplando 93,54%. Destacando a categoria de despesas com pessoal e encargos, sendo a dotação atualizada de R$ 11.314.609.808,38 e, liquidada em R$ 1.252.219.990,01. A previsão na categoria de juros e encargos da dívida foi de R$ 5.729.882,62, sendo liquidado R$ 5.246.719,94. As despesas de capital abrangem investimentos, inversões financeiras, amortização/refinanciamento da dívida e reserva de contingência, sendo o total geral das despesas liquidadas de R$ 2.850.156.599,64. Nas despesas por função, abrangem a saúde 35,75%, educação 19,29%, urbanismo 8,36%, administração 7,48%, previdência social 10,37% e outros 18,74%, sendo a dotação atualizada do total por função de R$ 3.092.797.487,61, com execução de R$ 2.850.156.599,64. Acerca do Resultado Primário, representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas de R$ 1.824.681.684,42 e as realizadas até o 3° quadrimestre R$ 2.424.587.710,12. O total das despesas fiscais líquidas previstas foi de R$ 2.617.179.178,90 e realizadas até o 3° quadrimestre R$ 2.378.826.743,31. Assim, o Resultado Primário até o período foi R$ -60.633.184,09. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, sendo a dívida fiscal líquida em 31/12/2023 R$ 444.536.388,03 e até o 3° quadrimestre R$ 370.929.393,03. Assim, o Resultado Nominal até o período foi R$ 73.606.995,00. O limite de gestão fiscal compreende a receita corrente líquida, despesa de pessoal, despesas próprias com saúde e despesas com manutenção do ensino. A receita corrente líquida até o 3° quadrimestre de 2024 foi R$ 2.418.580.947,47. Dentro da despesa com pessoal, o total gasto foi R$ 968.595.027,28 (40,05%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com saúde até o 3° quadrimestre foi de R$ 159.422.996,66 (18,97%), ressaltando que o limite constitucional é de 15%. A despesa com educação até o 3° quadrimestre R$ 233.311.721,24 (27,35%), ressaltando que o limite constitucional é de 25%. A Despesa com FUNDEB teve aplicação de 82,72%, sendo o limite constitucional de 70%. Em

conclusão, ao final do 3° quadrimestre de 2024, ao analisarmos o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município investiu 27,35% da receita resultante de impostos e transferência de impostos (compreendida a proveniente de transferências da União e Estado) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 18,97% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 3° quadrimestre foram de 82,72% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70% (art. 26 da Lei nº 14.113/2020). Com a palavra, o presidente vereador Alexandre Gomes mencionou que o governo segue respeitando os limites legais das áreas, principalmente, de despesa com pessoal e saúde, ressaltando que as contas do poder executivo do exercício de 2023 foram aprovadas no TCE. Com a palavra, vereador Alan Rodrigues parabenizou aos secretários e ao Prefeito pelo trabalho realizado. Com a palavra, o presidente do Sindspef mencionou que a folha salarial dos funcionários segue congelado e o governo não consegue atingir as metas de arrecadação tributária, além de não ser executado o pagamento de décimo terceiro dos servidores, apesar de ter orçamento. Com a palavra, o vereador Rodrigo Duarte ressaltou que os números não mentem e manifestou a importância do todo o governo explanar as melhorias realizadas na cidade para que gonçalenses não acreditem em falácias. E nada mais havendo, o Presidente Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública da Prestação de Contas, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretária Geral da Mesa Diretora.

ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento